

Sumário

Prefácio	XIII
Apresentação.....	XIX
1. Introdução.....	1
2. A relevância do reconhecimento do direito à boa Administração Pública para a Hermenêutica Constitucional	5
2.1 Os Princípios Basilares da Administração Pública e a Função de Reguladores do Comportamento do Estado.....	9
2.1.1 Princípio da legalidade	10
2.1.2. Princípio da impessoalidade.....	15
2.1.3 Princípio da moralidade.....	18
2.1.4 Princípio da publicidade	22
2.1.5 Princípio da eficiência.....	28
2.1.6 Interesse público: supremacia e indisponibilidade.....	38
2.2 Os Direitos Fundamentais e suas concepções.....	49
2.3 Conteúdo Jurídico do direito fundamental à boa administração pública	56
2.4 Qualificação da boa administração pública como Direito Fundamental.....	65
3. Democracia e Estado Constitucional como Fundamentos de um Sistema de Controle	71
3.1 Democracia.....	75
3.2 Constitucionalismo	81
3.3 República	86
3.4 Direito Fundamental à Boa Administração Pública que Pressupõe Direito ao Controle	89

3.4.1 Controle judicial.....	93
3.4.2 Breves apontamentos sobre o controle de constitucionalidade	94
3.4.3. Controle legislativo	100
3.5 Tipos de Controle: Interno, Externo e Social	102
4. Controle Externo dos Tribunais de Contas.....	119
4.1 Modelos e Origem dos Órgãos de Contas	119
4.2 Surgimento dos Tribunais de Contas no Brasil e sua Evolução ao Longo das Constituições.....	127
4.2.1 Posição constitucional e natureza das funções dos tribunais de contas	138
4.2.2 Tribunais de contas estaduais e municipais.....	143
4.3 Breves Considerações em Relação à Estrutura dos Tribunais de Contas	145
4.3.1 Atribuições dos tribunais de contas	150
4.4 Tipos de Controle Exercido pelos Tribunais de Contas....	161
4.4.1 Controle prévio, concomitante e posterior: particularidades e importância	161
4.4.2 Controle de legalidade, legitimidade e economicidade	165
5. Reforma nos Tribunais de Contas: Uma Revisão a Partir da Ideia de Instrumento para a Concretização do Direito Fundamental à Boa Administração Pública	173
5.1 O Tribunal de Contas como Fiscalizador de Boas Políticas Públicas	175
5.2 Ação dos Tribunais de Contas em Contraponto com o Poder Judiciário.....	179
5.3 Controle Interno e Social como Parceiros que Legitimam o Controle Externo no Controle das Políticas Públicas	185

5.4 Maior Autonomia e Independência Política por Meio da Emenda do Quarto Poder: Poder Controlador	188
5.5 Melhoria nas Auditorias	193
5.5.1 Auditorias concomitantes	193
5.5.2 Auditorias de resultado: auditoria operacional.....	195
5.6 Escolha dos Membros	202
5.7 Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.....	209
5.8 Outros Aspectos: Gestão de Pessoas, Parcerias, Transparéncia e Modernização.....	216
6. Conclusão	227
Referências	235